



TRAMA GOLPISTA

Operação da PF identificou como integrantes da caserna, seja na ativa, seja na reserva, planejaram e agiram para desacreditar o sistema eleitoral, por ordem de Jair Bolsonaro. Coronel que estava nos EUA voltou ao Brasil e está preso

O plano e o método dos maus militares

» VICTOR CORREIA
» RENATO SOUZA

Reprodução/Facebook



Coronel Bernardo Romão Corrêa Neto, dos Kids Pretos do Exército, preso em operação da Polícia Federal

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem mais um militar acusado de participar da tentativa de golpe de Estado. O coronel Bernardo Romão Correa Neto cumpria missão em Washington, Estados Unidos, e desembarcou durante a madrugada no Aeroporto de Brasília. Ele estava em solo americano desde dezembro de 2022, antes da troca de governo. Correa Neto foi recebido por agentes da PF, que cumpriram a prisão e apreenderam três passaportes, sendo um de uso diplomático. O militar foi entregue logo depois à custódia da Polícia do Exército, no Batalhão da Guarda Presidencial, onde está preso desde então.

O coronel é peça central na investigação, e apontado como “homem de confiança” do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid. À época, ele ocupava o posto de assistente do Comando Militar do Sul. Diálogos entre Cid e Correa Neto mostram que o último contribuiu na disseminação de notícias falsas contra o sistema eleitoral, em ataques e pressões a militares que não aderiram à retórica golpista, e organizou uma reunião em Brasília com integrantes das Forças Especiais, os Kids Pretos, das quais também é membro, para tratar das ações que seriam tomadas no caso de consumação do golpe, como a prisão de autoridades. As investigações apontam que ele foi o responsável por intermediar os convites para o encontro, selecionando homens da força terrestre especializados em operações especiais, na atuação em ataques contra infraestrutura, como pontes e torres de transmissão de energia.

Correa Neto foi enviado a Washington, capital dos Estados Unidos, em 30 de dezembro de 2022 — mesma data em que Bolsonaro embarcou para o país — para uma missão que duraria até 2025. A Procuradoria-Geral da República (PGR) apontou que a permanência do militar no exterior por período estendido e sua partida logo antes da troca de governo “indicam que Correa Neto agiu para se furta ao alcance das investigações e, consequentemente, da aplicação da lei penal”. Sua prisão preventiva foi determinada durante a Operação Tempus Veritatis, deflagrada na última quinta-feira. O Comando do Exército determinou seu retorno, e militares o escoltaram no voo de volta a Brasília.

Dois dos seis núcleos identificados pela PF na operação criminosa contêm Correa Neto entre seus integrantes: o Responsável por Incitar Militares à Aderirem ao Golpe de Estado e o Núcleo Operacional de Apoio às Ações Golpistas. Ou seja, seu papel envolveu constrianger membros das Forças a apoiarem o golpe e assegurar a atuação das Forças Especiais. A reunião citada pelos investigadores nas acusações contra o coronel ocorreu em um condomínio de Brasília no dia 28 de novembro. O grupo seria usado na prisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes — e, possivelmente, de outras autoridades — assim que Bolsonaro decretasse um estado de sítio no país.

Após o encontro, Correa Neto mandou a Cid uma carta assinada por oficiais superiores do Exército ao então comandante da Força, general Freire Gomes, para pressioná-lo a apoiar o golpe. Ele também participou de ação para constrianger os comandantes

regionais que não embarcaram na tentativa, de acordo com a PGR. A investigação demonstrou ainda que o coronel atuava como representante de Cid e executava tarefas fora do Palácio da Alvorada, que o tenente-coronel não poderia cumprir por conta de seu

cargo na Presidência. Correia Neto é o quarto preso no âmbito da Tempus Veritatis, junto com os ex-assessores de Bolsonaro Marcelo Câmara e Filipe Martins, e o major Rafael Martins, também integrante das Forças Especiais. O presidente nacional do PL, Valdemar

Costa Neto, também foi preso, mas pelos crimes de porte ilegal de armas e usurpação de mineral identificados durante busca e apreensão em um de seus endereços — alheios às investigações sobre a tentativa de golpe. Ele já responde em liberdade.

Incitação e fake news

A investigação da Polícia Federal (PF) sobre a articulação de um golpe de Estado em 2022 detalha a participação de militares graúdos em todas as frentes, desde a divulgação de notícias falsas contra as urnas até a utilização das Forças Especiais do Exército para prender autoridades durante o estado de sítio. A corporação avalia ainda que generais e oficiais de alta patente buscaram aumentar o apoio ao golpe dentro das Forças Armadas, perseguindo dissidentes — como o então comandante do Exército, general Freire Gomes.

Dos grupos de ação apontados pela PF, um é composto pelos militares de mais alta patente, que formavam o governo do então presidente Jair Bolsonaro ou a alta cúpula das Forças Armadas. Eram eles o general Walter Souza Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa; o general Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ex-ministro da Defesa; almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante geral da Marinha; general Mário Fernandes, ex-ministro-substituto da Secretaria Geral da Presidência da República; general Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército; e o general de brigada reformado Laércio Vergílio.

De forma geral, segundo a PF, os militares de alta patente “agiram para influenciar e incitar apoio aos demais núcleos de atuação por meio do endosso de ações e medidas a serem adotadas para consumação do golpe de Estado”. A participação de cada um foi variada, porém, Augusto Heleno e Laércio Vergílio participavam de um sistema paralelo de inteligência, que monitorava adversários, como o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Heleno tinha sob seu guarda-chuva, afinal, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Garnier, tido como o comandante mais próximo ao bolsonarismo, chegou a declarar ao então presidente que o apoiaria em um golpe, e colocou suas tropas à disposição. A informação consta em depoimento do ex-ajudante de ordens da Presidência, o tenente-coronel Mauro Cid, que supervisionava a ação dos demais militares. Segundo ele, o general Estevam Theophilo também declarou apoio caso Bolsonaro assinasse a medida para o golpe. Ele comandava as forças terrestres do Exército, incluindo os chamados Kids Pretos, a força de elite que seria usada para prender o ministro Alexandre de Moraes. Braga Netto, por sua vez, agia para atacar opositores ao golpe dentro das Forças. Em uma troca de mensagens, ele orientou que Freire Gomes fosse alvo de ataque nas redes e o chamou de “cagão”, por não concordar com a intervenção.

Já os oficiais de menor patente se dividiram em várias funções. Um dos grupos tinha como objetivo divulgar notícias falsas sobre as urnas, incluindo como membros o major da reserva Ângelo Martins Denicoli, o coronel Guilherme Marques Almeida, e os tenentes-coronéis Hélio Ferreira Lima e Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros. (VC)

Veja o que apontam os investigadores da Polícia Federal sobre a atuação de cada militar envolvido

PRESOS

Major Rafael Martins de Oliveira

» Apontado como interlocutor de Mauro Cid na coordenação de estratégias para o golpe de Estado. Participou da mobilização e manutenção de acampamentos bolsonaristas em frente a quartéis do Exército, e pediu o valor de R\$ 100 mil a Cid para financiar atos antidemocráticos e trazer manifestantes do Rio de Janeiro para Brasília.

Coronel Bernardo Romão Correa Neto - ex-ajudante do Comando Militar do Sul

» Segundo as investigações, Correa Neto atuava para constrianger militares que não apoiavam o plano golpista, além de coordenar reuniões com membros das Forças Especiais, os Kids Pretos, que realizariam a prisão do ministro do STF Alexandre de Moraes após decretação de estado de sítio.

Marcelo Costa Câmara, coronel da reserva

» Ex-assessor de Jair Bolsonaro, um dos mais próximos do ex-presidente. Era responsável por um núcleo de inteligência paralela, monitorando os deslocamentos do ministro Alexandre de Moraes.

ALVOS DE BUSCA E APREENSÃO

General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

» Atuava em um núcleo de inteligência paralela que monitorava as movimentações de autoridades, como o ministro Alexandre de Moraes, e reunia informações para subsidiar o golpe. Em reunião com Bolsonaro e ministros de seu governo, cujo vídeo foi divulgado pelo STF, Heleno fala em infiltrar membros da Agência Brasília de Inteligência (Abin), então subordinada ao GSI, nas campanhas eleitorais de 2022.

General Walter Souza Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa

» Braga Netto, segundo a PF, participava do

núcleo que tentava angariar o apoio de militares para o golpe, além de atacar os dissidentes. Em mensagem obtida pela corporação, o militar chamou o então comandante do Exército, general Freire Gomes, de “cagão” por não aderir ao plano.

General Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ex-ministro da Defesa

» Em reunião ministerial com Bolsonaro, o general fez ataques infundados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e admitiu o uso das Forças Armadas para garantir a reeleição do ex-presidente. Ele é apontado como parte do grupo de militares de alta patente que usavam sua influência para apoiar as demais ações golpistas.

Almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante-geral da Marinha

» O então comandante-geral da Marinha, conforme Mauro Cid, prestou apoio a Bolsonaro na tentativa golpista e colocou suas tropas à disposição. Ele é apontado pela PF como um dos militares de alta patente que usavam sua influência para apoiar o golpe.

General Mário Fernandes, ministro-substituto da Secretaria Geral da Presidência da República

» Na reunião ministerial, defendeu que as ações para assegurar a eleição de Bolsonaro tinham que ser tomadas antes do pleito, citou fraude nas urnas eletrônicas e considerou as consequências de uma ação pela força. “É 64 de novo? É uma junta de governo? É um governo militar? É um atraso de tudo o que se avançou no país?”, ponderou.

General Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército

» Segundo Mauro Cid, o general esteve reunido com Jair Bolsonaro e concordou em apoiar o golpe caso o presidente assinasse a medida. Ele comandava a unidade com o maior contingente de

tropas do Exército, incluindo as Forças Especiais, os Kids Pretos, que seriam usados para prender autoridades.

Laércio Vergílio, general de Brigada reformado

» Trocou mensagens com outros investigados discutindo a cronologia do golpe, incluindo a prisão do ministro Alexandre de Moraes no dia 18 de dezembro de 2022. O militar tinha informações de que Moraes estaria em sua residência na data.

Ângelo Martins Denicoli, major da reserva

» Atuou no núcleo responsável pela produção e divulgação de notícias falsas e ataques contra o sistema eleitoral, nas redes sociais

Ailton Gonçalves Moraes Barros, coronel reformado

» Participava do núcleo que atacou militares por não apoiar a tentativa de golpe. Em mensagens com Braga Netto, Moraes Barros fala em “oferecer a cabeça dele aos leões” ao mencionar o general Freire Gomes, comandante do Exército.

Coronel Guilherme Marques Almeida

» Atuou no núcleo responsável pela produção e divulgação de notícias falsas e ataques contra o sistema eleitoral, nas redes sociais

Tenente-coronel Hélio Ferreira Lima

» Participava tanto do núcleo de ataque às urnas quanto do operacional. Em mensagens, o militar enviou a Cid dois documentos com análises fraudulentas do código-fonte das urnas. Ele também chegou a defender a necessidade de quebra institucional para garantir a eleição de Bolsonaro

Tenente-coronel Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros

» Atuava tanto no núcleo de ataque às urnas quanto no operacional. Trocou mensagens e documentos com estratégias golpistas com Cid e outros investigados